

CARTA ABERTA
EM DEFESA DA VIDA, DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS, DAS PRAIS,
DOS ESTUÁRIOS, DA VIDA MARINHA

Há cinco semanas ocorreu um gravíssimo acidente, provocando derramamento de petróleo ao largo da costa do Nordeste brasileiro e que pode ser considerado o maior desastre ambiental com Petróleo em Extensão no mundo, atingindo mais de 2 mil km. Embora exista um Plano Nacional de Contingência contando com expertise técnico-científica, experiência e treinamentos em vários Estados, só foi desencadeado recentemente, sendo que ainda não se evidencia ações concretas, deixando as populações, em particular, as comunidades de pescadores artesanais, assim como o meio ambiente, expostos aos impactos negativos do derramamento.

As costas do Nordeste estão sendo atingidas com grandes quantidades de óleo bruto e as únicas medidas tomadas até agora se concentram na limpeza das praias e não na contenção do óleo. Em outros termos, espera-se o impacto ocorrer para diminuí-lo, em vez de tomar medidas mais eficientes de recolhimento do óleo em alto mar. Esta situação nos preocupa muito já que o óleo derramado é constituído de petróleo pesado, que vai afundando com o tempo e está chegando na costa baiana sem que seja perceptível por vista aérea, uma vez que não boia mais na superfície da água.

Repudiamos a falta de medidas cabíveis por parte dos órgãos competentes, em particular, o descaso e a omissão do governo Federal. O Plano Nacional de Contingência elenca entre seus principais objetivos a proteção ambiental e dos recursos pesqueiros, em nome da importância da pesca como atividade exercida no meio marinho. Ora, os impactos sobre a atividade são completamente omitidos até hoje.

As comunidades de pesca artesanal deveriam estar associadas às operações de monitoramento da contaminação e aos planos de contingência em razão de seu profundo conhecimento do meio marinho e da estreita dependência em relação ao mesmo para sua sobrevivência. Pelo contrário, o que se observe é sua marginalização das poucas medidas tomadas até agora.

Os poderes públicos devem, em primeiro lugar, oferecer amplas e detalhadas informações sobre o processo em curso, com constantes atualizações. Os pescadores artesanais devem ser solicitados para servir de grupo de apoio ao Comando unificado estabelecido no Estado para tomar providências referentes ao suposto acidente, em virtude de seu conhecimento do mar e da costa em sua diversidade, assim como para apoiar ações concretas de contenção do óleo para proteger a costa. Mas, para tal, precisam contar com o apoio dos diversos governos. Esta oferta de colaboração ativa se fundamenta pela fragilidade de determinados ecossistemas costeiros e marinhos, extremamente importantes para a vida aquática. Pensa-se, em particular, nos recifes e nos manguezais e estuários, que desenvolvem importantes serviços ecossistêmicos. Lembramos que o litoral baiano se caracteriza por importantes faixas de manguezais, de alta produtividade biológica e que servem de locais de pesca tanto para pescadores do mar como para marisqueiras. Assim sendo, são centenas de milhares de famílias que têm sua base de sustentação social e econômica comprometidas, base que fornece importante fonte de proteína animal para a população regional a preços acessíveis, bem como esse ecossistema é fundamental para o turismo, cultura e a gastronomia do litoral.

Além disso, a relação das comunidades pesqueiras com a água não se restringe à pesca; as águas são também vias de navegação e espaços de lazer. O simples contato com óleo causa problemas de saúde, inclusive, junto às crianças, mais frágeis em termos de saúde pública.

Diante da divulgação do Crime Socioambiental e ocupacional as comunidades pesqueiras já encontram dificuldade de garantir a subsistência com o receio da população de comprar peixes e mariscos.

Exigimos, portanto, que as autoridades competentes desencadeiem imediatamente o Plano de Contingência a fim de classificar, controlar, retirar a substância e prevenir a ampliação dos danos e promover ampla e verídica informação à população em geral e aos pescadores, em particular; e que associem os pescadores artesanais às ações de contingência e monitoramento da contaminação.

Que medidas emergenciais sejam tomadas para garantir a dignidade das comunidades pesqueiras que encontram-se em grave dificuldade.

Movimento dos Pescadores e Pescadoras da BA – MPP
CONFREM – Coordenação Nacional de Reservas Extrativistas Marinhas
Conselho Pastoral dos Pescadores – BA
Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBÁ
Grupo de Pesquisa Costeiros – UFBA
Grupo de Pesquisa Geograr-UFBA
Laboratório de Etnobiologia e Etnoecologia (LETNO)/ UEFSLaboratório de Gestão Territorial e Educação Popular da Ufba - MarSol
Laboratório de Biologia Pesqueira da UEFS
MITO (Memórias, processos identitários e territorialidades no Recôncavo da Bahia)- UFRB
AATR - Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais
Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape
Associação dos Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Boiada
Associação dos Remanescentes de Quilombo de Pratigi e Matapera
Associação dos Remanescentes do Quilombo Porto da Pedra e Mutamba
Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Braz
Associação Quilombola de Pescadores(as) e Lavradores (as) Guaipanema.
Associação dos Remanescentes do Quilombo Salamina Putumuju
APRPES - Associação dos Produtores Rurais e Pescadores de Encarnação de Salinas
Associação de Marisqueiras e Quilombolas do Baixão do Guai e Prejuru
Associação Comunitária Beneficiante dos Pescadores do Bairro de Ponta De Souza
AMAN Associação dos Pescadores e Moradores do Angola
Associação Quilombola do Iguape
Associação dos pescadores e marisqueiras remanescentes de quilombos de Enseada do Paraguaçu
Associação Remanescente do quilombo do Buri
Associação Remanescentes de Quilombo Flores (ARQF) de Ruy Barbosa
Instituto Búzios
Mahin – Organização de Mulheres Negras
Articulação Popular São Francisco Vivo
Associação de Marisqueiros/as e Pescadores/as de Ponte de Itabatinga – AMPI – Jandaíra-BA
Associação remanescentes do quilombo de São Francisco do Paraguacu
Associação de pescadores e pescadoras artesanais de Conceição de Salinas.
Núcleo de Estudos em Agroecologia - Projeto Nova Cartografia Social – UFRB
Colônia de Pescadores Z-04 de Ilha de Maré